

NEWSLETTER

APM-REDEMUT



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE MUTUALIDADES



Não perca nesta edição:

Editorial:

A Mutualização da ADSE - 1

Atualidades:

Startup nasce no Porto para
combater a doença de
Alzheimer - 2

Barómetro:

Número médio de filhos mais
elevado desde 2005 - 3

A saber:

O estado da Saúde: bom em
média, mas muito desigual - 4

Novidades Jurídicas:

Código de Conduta do
Governo - 5

Presidente da República,
Governo e Mutualidades,
unidos na integração dos
sem-abrigo - 6



Editorial

A Mutualização da ADSE

Esta vai ser a última edição de 2019, estamos prestes a receber 2020. É tempo de refletir, fazer balanços sobre as oportunidades e os desafios que ultrapassámos e renovar energias para realizar novos projetos no ano que se avizinha. Ao longo de 2019, o percurso das mutualidades ficou marcado por momentos bastante positivos, o nosso movimento está a crescer, estamos a conseguir fazer chegar o nosso modelo de proteção social a um número cada vez maior de famílias, contribuindo, assim, como é nosso desígnio, para alavancar a coesão social e territorial. Mas o nosso caminho está longe do fim, ainda há muito para percorrer, há muito espaço para o movimento mutualista crescer. A nossa utilidade é publicamente reconhecida, nomeadamente na área da saúde, onde, através da nossa rede de saúde, a RedeMut, contribuímos diariamente para a construção de um modelo de proteção social universal, modelo esse que seria função do Estado mas que, atualmente, se encontra esgotado. Por esta razão, este é um dos temas que temos em agenda como sendo prioritário e pelo qual nos iremos debater novamente, em virtude das recentes notícias trazidas a público a propósito da situação de rutura da ADSE, queremos transformar a ADSE numa Mutualidade, com gestão dos próprios beneficiários. Os diversos Conselhos de Administração da APM-RedeMut têm defendido que o modelo que melhor serve a gestão do fundo da ADSE é, claramente, e de forma natural, o modelo mutualista. Desde logo, porque se trata de um sistema privado de natureza associativa de proteção social que visa a entajada dos seus membros, traduzindo-se numa forma de organização económica na qual os associados são parte ativa na definição da sua proteção social, assente numa solidariedade responsável. Com efeito, ao juntarem-se a outros para “mutualizarem” os riscos que afetam a estabilidade dos seus rendimentos, repartindo os custos de forma equitativa e participando na organização de regimes complementares e de previdência, beneficiam do efeito de dimensão e de solidariedade. Já manifestámos a nossa vontade e disponibilidade para trabalhar em cooperação com o Governo na prossecução de uma solução que assegure o bem comum dos cidadãos. Esta pode ser a melhor solução para viabilizar o futuro da ADSE e dos funcionários públicos. Consideramos que o mutualismo, por constituir uma alternativa de caráter social, que não depende do Estado, nem tem fins lucrativos, é a solução mais assertiva para garantir uma proteção social eficaz, com custos mais baixos e cuja rentabilidade se distribui por todos os associados. Tendo em conta que o movimento mutualista de proteção e solidariedade social tem cerca de 200 anos de história, resiliente, capaz de ultrapassar as condições mais adversas, que visa a entajada dos seus membros, acreditamos cumprir exatamente o programa do Governo e respeitar as recomendações do Tribunal de Contas, quando afirmamos que a constituição de uma associação mutualista perfila-se como a forma institucional mais adequada para a gestão futura do fundo da ADSE, pois é a forma que melhor responde ao desafio de gerar mais e melhor proteção social, na medida em que assegura os princípios de responsabilidade e de proteção social, atendendo a critérios de sustentabilidade, de eficiência e de equidade. Estamos, por isto, otimistas e acreditamos que, em 2020, o parecer do Governo será favorável, uma vez que, como está atualmente, o futuro da ADSE será insustentável.

Desejamos um feliz Natal e um novo Ano cheio de mutualização.

O Conselho de Administração

APM-REDEMUT - ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA DE MUTUALIDADES

RUA JÚLIO DINIS, 158/160 - 8º

4050-318 PORTO

T: +351 220 004 510

GERAL@APMREDEMUT.PT

HTTP://WWW.APMREDEMUT.PT



Atualidades

Startup nasce no Porto para combater a doença de Alzheimer

O Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (INESC TEC), através da sua startup iLoF, recebeu 2 milhões de euros para, através da inteligência artificial e da fotónica, combater o Alzheimer.

Os investigadores criaram um “sistema portátil” que serve de arquivo a “impressões digitais” de várias doenças neurodegenerativas e permite “testes rápidos e pouco invasivos” em doenças como o Parkinson ou tumores cerebrais.

Os investigadores, que viram a sua solução premiada pelo Wild Card – um programa de aceleração que apoia projetos de resposta aos principais desafios da saúde – do EIT Health,

que é o maior consórcio da área da saúde, vão agora unir esforços no combate à doença de Alzheimer.

Joana Paiva, uma das Fundadoras da iLoF afirma que o objetivo passa agora por “mudar o paradigma” atual, recorrendo a métodos como a inteligência artificial e fotónica para “acelerar o desenvolvimento de tratamentos novos e personalizados” para a doença de Alzheimer.

A iLoF foi fundada por Joana Paiva do INESC TEC, Luís Valente e Paula Sampaio do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (i3S) da Universidade do Porto, conta agora com dois milhões de euros e o apoio do EIT Health no papel de investidor.

“Dementia Village”: Amesterdão cria primeira aldeia segura para doentes com Alzheimer

Chama-se Hogeweyk e é a primeira aldeia destinada a pessoas com Alzheimer, o tipo de demência mais comum em todo o mundo.

Esta pequena aldeia, situada em Amesterdão, tem cerca de 160 habitantes, distribuídos por vários grupos de interesses e alojados em cerca de 23 residências personalizadas.

Este projeto foi criado por Frank van Dillen e Michael Bol, dois arquitetos que têm vindo a desenvolver, desde 2009, vários edifícios para que as pessoas portadoras da doença tenham “condições para desenvolver as suas tarefas diárias em total segurança”.

A “Dementia Village” dispõe de uma equipa permanente de auxiliares que ajudam nas tarefas diárias de cada casa, como cozinhar ou lavar roupa. Também tem supermercados e lojas, bem como diferentes locais de lazer. A ideia é contrariar o conceito típico dos lares onde os residentes ficam privados de uma vida social e privacidade.

Nesta aldeia os idosos socializam entre si, trocam experiências e travam novas amizades. Vários estudos demonstram que a socialização é um aspeto importante para desacelerar a progressão da doença.





Mais casamentos

O número de casamentos voltou a aumentar, ainda que aconteçam cada vez mais tarde. Em 2018 registaram-se 34.637, mais 3% do que em 2007.



Aumento da idade

A idade média do primeiro casamento voltou a subir dos 33,2 para os 33,6 anos nos homens e dos 31,6 para os 32,1 nas mulheres, relativamente a 2017.



Menos divórcios

Em 2018 decretaram-se 20.345 divórcios, menos 1.232 do que em 2017, representando 2 divórcios por mil habitantes.



Barómetro

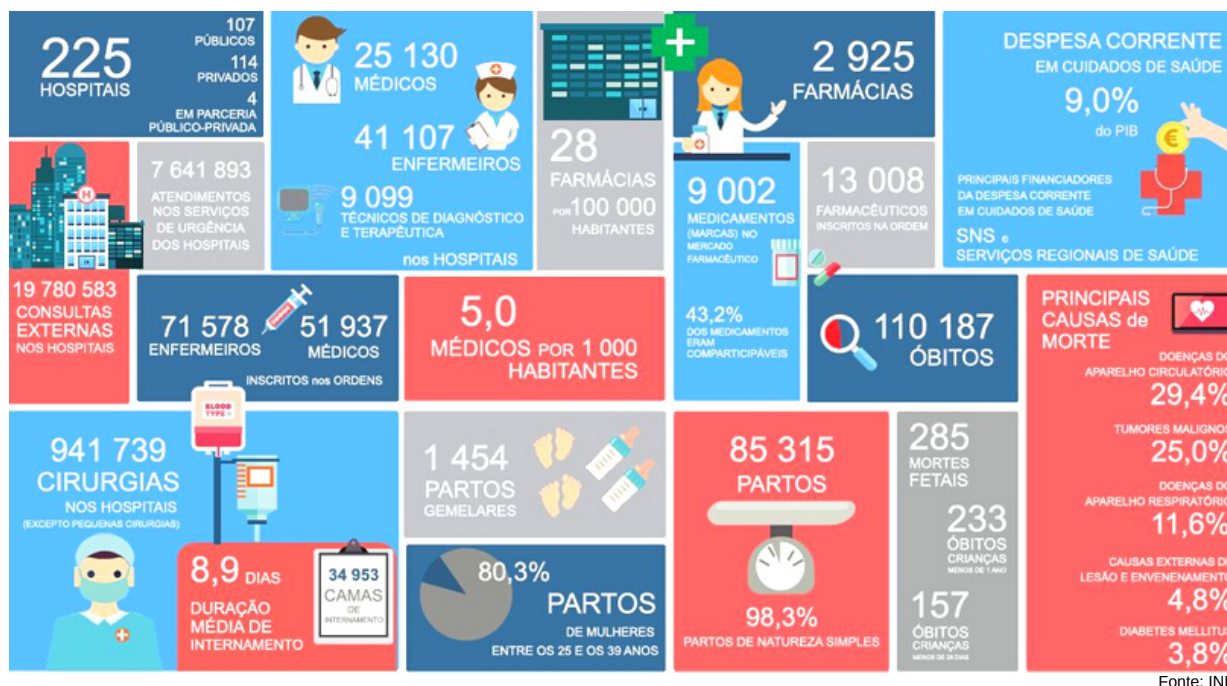
Número médio de filhos mais elevado desde 2005

A taxa de natalidade ainda não consegue sobrepor-se à mortalidade

De acordo com as Estatísticas Demográficas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2018 o número médio de filhos por mulher passou de 1,37 para 1,41, o mais alto desde 2005. O número de nascimentos também aumentou 1%, ainda assim bastante abaixo da mortalidade, que subiu 3% em relação a 2017. Em 2018 nasceram 87.020 bebés, mais 1% do que no ano anterior, em que se registaram 86.154 nados-vivos. A idade média das mulheres ao nascimento de um filho continuou a aumentar, situando-se nos 31,4 anos (31,2 em 2017). No que respeita à esperança de vida à nascença foi estimada nos 83,43 anos para as mulheres e nos 77,78 anos para os homens.

Saldo migratório positivo

O aumento da natalidade não conseguiu compensar a taxa de mortalidade em crescimento. Em 2018, o número de óbitos foi 113.051, aumentando 3% face a 2017 (109.758). A taxa de mortalidade infantil também aumentou para 3,3% (287 óbitos), face aos 2,7% de 2017. O saldo migratório passou de 4886 para 11 570 em 2018, representando um saldo bastante positivo. Segundo o INE “estima-se que, durante 2018, tenham entrado em Portugal 43.170 imigrantes permanentes, mais 17,8% do que em 2017% 833.639) e tenham saído 31.600 emigrantes permanentes, menos 0,5€ que em 2017 (31.753)”. Com isto, o INE conclui que, apesar de Portugal estar a viver uma situação de aumento da natalidade e diminuição da emigração, a situação demográfica continua a caracterizar-se por um “decréscimo da população”.



A Saber

O estado da saúde: bom em média, mas muito desigual

O Relatório *Health at a Glance 2019* da OCDE sobre o estado de saúde nos países da OCDE revela que Portugal está bem posicionado em indicadores como: esperança média de vida à nascença (81,5 anos vs.80,7 na OCDE), mortes por causas evitáveis (108 por 100 mil habitantes vs. 208), mortalidade infantil (2,7 por mil nascimentos vs. 3,5) e vacinação (praticamente 100%).

A desigualdade de rendimentos em Portugal é das mais elevadas da UE, o que é um fator preocupante quando verificamos que 28% das despesas de saúde no nosso país são suportadas diretamente pelas famílias devido à incapacidade/ineficiência do SNS, o que nos leva a concluir que uma parte significativa da população está excluída do acesso a cuidados básicos de saúde.

Em Portugal, a população idosa, com mais de 65 anos, representa 20% do total da população e a tendência é para aumentar. Quase 40% dos idosos pertence aos 20% mais pobres, não podendo aceder a cuidados de saúde por razões financeiras. Na população com mais de 65 anos, nos 20% mais ricos, apenas 10% tem condicionamentos no acesso a cuidados de saúde. Ou seja, a desigualdade de rendimentos reflete-se numa das desigualdades no acesso à saúde mais elevadas dos países da OCDE.

A desigualdade no acesso a cuidados de saúde é uma das formas mais graves de desigualdade e torna-se ainda mais inaceitável quando atinge um grupo tão vulnerável e sem capacidade de reivindicação, como é o caso da população idosa.



Novidades Jurídicas

Código de Conduta do Governo

Foi publicada recentemente em Diário da República a Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2019, que aprovou o Código de Conduta do Governo que define padrões claros e rigorosos de atuação dos membros do Governo pretendendo contribuir para a transparência na formação e tomada de decisão dos detentores de cargos públicos.

O Código de Conduta é um instrumento de autorregulação que procura a valorização dos cargos políticos promovendo a confiança dos cidadãos nas instituições do Estado de Direito Democrático.

Salienta-se do art.º 3.º do citado Código, que os membros do Governo, no exercício das suas funções, observam os seguintes princípios gerais de conduta:

- a) Prossecução do interesse público e boa administração;
- b) Transparência;
- c) Imparcialidade;
- d) Probidade;
- e) Integridade e honestidade;
- f) Urbanidade;
- g) Respeito interinstitucional;
- h) Garantia de confidencialidade quanto aos assuntos reservados dos quais tomem conhecimento no exercício das suas funções.

Estabelece-se, ainda, que os membros do Governo agem e decidem exclusivamente em função da defesa do interesse público, não podendo usufruir de quaisquer vantagens financeiras ou patrimoniais, diretas ou indiretas, para si ou para terceiros, ou de qualquer outra gratificação indevida em virtude do cargo que ocupem.

Saiba mais:

Clique para ler na íntegra a resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2019, que aprovou o Código de Conduta do Governo



Associação Mutualista Benéfica e Previdente associa- se ao Programa Porto de Abrigo

A Associação Mutualista Benéfica e Previdente, reconhecida pelo seu trabalho de cariz social, faz parte do programa da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo que, por intervenção e persistência do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA Porto), em 2014 começou a desenhar, entre outras ações, uma solução ao nível do alojamento de longa duração.

Nessa mesma altura nasce também o Programa Porto de Abrigo, com o contributo do Município do Porto, para a Estratégia Local de Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo, em que se concretiza a criação de espaços de acolhimento de longa duração e de transição para a vida ativa.

É neste contexto, que a AM Benéfica e Previdente cedeu dois apartamentos de tipologia T2 e T3 para integrar o projeto Porto de Abrigo, enquanto a Câmara Municipal do Porto assumiu a cedência do mobiliário para apetrechamento das frações. Os apartamentos já estão em uso pelos sem-abrigo sinalizados, agora realojados e reintegrados, com rotinas de vida normais.



Presidente da República, Governo e Mutualidades, unidos na integração dos sem-abrigo

Muito se tem falado nos últimos dias sobre o flagelo dos sem-abrigo, uma calamidade social, já com vários anos de história e sem fim à vista. Apesar do número crescente de Entidades que dão apoio aos sem-abrigo, donde se destacam as equipas de voluntários de rua, os centros de alojamento temporário, as Instituições de Caridades, e as IPSS, ainda existem 4000 pessoas em situação de sem abrigo no nosso país. Destas, 2.328 pertencem ao distrito de Lisboa e 560 ao Distrito do Porto.

Segundo Manuel Grilo, Vereador dos Direitos Sociais na Câmara de Lisboa, os dados revelam ainda que, em Lisboa existem 361 pessoas a viver na rua (sem teto) e 1967 a viver em alojamentos (sem casa). Por sua vez, e de acordo com o Relatório de Análise de Dados elaborado a partir do Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem Abrigo do Município do Porto, divulgado recentemente pela Câmara Municipal, no Porto existem 140 pessoas a viver na rua (sem teto) e 420 a viver em alojamento (sem casa).

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, assumiu o compromisso de, em articulação com o Governo, continuar a insistir em ações para procurar mitigar os problemas de integração destas pessoas, nomeadamente no que diz respeito à procura de habitações.